

Agostinho e Owen sobre Perseverança

Henry Knapp

Dr. Knapp fez sua dissertação de Ph.D. sobre Owen no *Calvin Theological Seminary* (2002), e atualmente serve como pastor associado na Primeira Igreja Presbiteriana de Beave, Pensilvânia.

Embora Agostinho tenha escrito dois tratados importantes focando a doutrina da perseverança e comentado sobre a doutrina em várias outras obras,¹ há uma significativa carência de estudos examinando seu pensamento ou sua influência sobre o desenvolvimento da teologia cristã. Há umas poucas exceções notáveis que examinam o papel da perseverança no pensamento geral de Agostinho, que traçam a doutrina de Agostinho até os doutores medievais, e até mesmo que se focam nos próprios tratados principais.² Todavia, a ausência de estudo detalhado sobre esse aspecto da obra de Agostinho manifesta em si mesma a confusão evidente na literatura existente.

A maioria das pesquisas sobre a perseverança é unânime em apontar Agostinho como o formulador original da doutrina, bem como os paralelos do pensamento de Agostinho com aquele dos Reformadores e seus seguidores.³ Essas pesquisas, bem como outros estudos,⁴ são rápidas em apontar, contudo, que a doutrina da perseverança de Agostinho difere significativamente da dos Reformadores e Puritanos em seu efeito subjetivo sobre o crente. Enquanto Agostinho resistiu à tendência da doutrina de assegurar ao crente a salvação eterna, para os Reformadores e Puritanos a certeza da salvação de alguém é uma das funções principais (ou a principal) de se enfatizar o dom da perseverança.⁵ Contudo, essa avaliação está longe de ser universalmente sustentada;

¹ *De dono perseverantiae; De correptione et gratia; De gratia et libero arbitrio; De praedestinatione sanctum; In Joannis Evangelium*, LIII; *De doctrina Christiana*, iii:32; *De civitate Dei*, x.23; xi.12; xii.7; xx.6.

² Reinhold Seeberg, *Text-book of the History of Doctrines* (Grand Rapids: Baker, 1966), 338–50; Henri de Lubac, *Augustinianism and Modern Theology* (New York: Herder & Herder, 1969), 92–95; Dennis Martin, “Popular and Monastic Pastoral Issues in the Later Middle Ages,” *Church History* 56 (1987) 320–32; Heiko Oberman, *Forerunners of the Reformation: The Shape of Medieval Thought* (Philadelphia: Fortress Press, 1981), 157–60; John Gerstner, “Augustine on Irresistible Grace,” in H. Vander Goot, ed., *Life Is Religion* (St. Catharines: Paideia Press, 1981), 135–58; Mary Lesousky, *The De Dono Perseverantiae of Saint Augustine* (Washington: Catholic University of America Press, 1956).

³ Adolf Harnack, *History of Dogma*, vol. 5 (Boston: Roberts Brothers, 1897); Robert Shank, *Life in the Son: A Study of the Doctrine of Perseverance* (Springfield: Westcott, 1975); G. T. Thompson, “Assurance,” *Evangelical Quarterly* 14 (1942) 2–8; Louis Berkhof, *The Assurance of Faith* (Grand Rapids: Smitter Book Co., 1928); G. C. Berkouwer, *Faith and Perseverance* (Grand Rapids: Eerdmans, 1958); D. A. Carson, “Reflections on Assurance,” in T. Schreiner and B. Ware, eds., *The Grace of God, The Bondage of the Will*, vol. 2 (Grand Rapids: Baker, 1995), 383–412; Loraine Boettner, *The Reformed Doctrine of Predestination* (Grand Rapids: Eerdmans, 1932).

⁴ Mark Vanderschaaf, “Predestination and Certainty of Salvation in Augustine and Calvin,” *Reformed Review* 30 (1976) 1–8; Perry Miller, *The New England Mind: The Seventeenth Century* (Cambridge: Harvard University Press, 1939).

⁵ Veja estudos detalhados sobre a segurança na teologia puritana em Joel Beeke, *Assurance of Faith: Calvin, English Puritanism, and the Dutch Second Reformation* (New York: Peter Lang, 1991); Richard Hawkes, “The Logic of Assurance in English Puritan Theology,” *Westminster Theological Journal* 52 (1990) 247–61; Philip Hughes, *Theology of the English Reformers* (Grand Rapids: Baker, 1980); Gordon Keddie, “‘Unfallible Certainty of the Pardon of Sinne and Life Everlasting’: The Doctrine of Assurance in the Theology of William Perkins,” *Evangelical Quarterly* 48 (1976) 230–44; David King, “The Affective

vários escritores mantêm que Agostinho sustentou uma doutrina fraca da segurança pessoal, implicando que se um crente está vivendo fielmente ele pode se assegurar que perseverará e, por conseguinte, que está entre os eleitos.⁶ Outros insistem que a hesitação de Agostinho em adotar uma doutrina de segurança pessoal revela a “natureza curiosa” de suas visões sobre a perseverança e que, no final das contas, “a doutrina de Agostinho da perseverança era totalmente diferente da dos Reformadores Protestantes”.⁷

Esse artigo procurará estabelecer o nível de continuidade e diferença que existe entre o entendimento de Agostinho da perseverança e aquele promovido por um teólogo representante da Inglaterra do século 17, o puritano John Owen. Após estabelecer o contexto histórico dos escritos relevantes e um breve sumário dos argumentos principais das obras, as formulações específicas de Agostinho e Owen sobre a perseverança serão examinadas; as similaridades do pensamento dos dois teólogos serão observadas e uma avaliação do que pode ser considerado suas diferenças será empreendida.

I. O *De correptione et gratia* de Agostinho

Parece que os comentários de Agostinho em sua carta a Xisto sobre a natureza completamente gratuita da graça como um dom de Deus, e a negação de todo mérito humano antes de sua recepção, causou um grande tumulto no monastério de Hadrumetum. Vários dentro do monastério se opuseram a esse ensino, visto que ele parecia desprezar suas práticas de asceticismo.⁸ Quando questionado por representantes da abadia, Agostinho escreveu um novo tratado sobre a graça, *De gratia et libero arbitrio*. Nessa obra, Agostinho argumenta tanto a favor da doutrina do livre-arbítrio sob a influência divina como a favor da gratuidade absoluta da graça. Contudo, sobre a questão do livre-arbítrio, ele enfatiza principalmente sua inabilidade radical para assegurar o princípio, a continuação, ou a perseverança do santo para a vida eterna.

O abade Valentim assegurou Agostinho de que *De gratia et libero arbitrio* tinha sido bem recebido e tinha reestabelecido a paz no monastério.⁹ Contudo, aparentemente ao ler a obra de Agostinho, alguns dentro do monastério concluíram que, visto que a continuação e perseverança na graça era um dom de Deus, então ninguém deveria ser corrigido ou repreendido por suas faltas, apostasias, ou fracassos espirituais.¹⁰ Em resposta a esse mal entendimento, Agostinho escreveu *De correptione et gratia*, onde ele explicitamente rejeita essa conclusão e afirma a necessidade de correção e repreensão dos crentes caídos. A primeira seção desse tratado trata com a eficácia da graça e a importância da disciplina e admoestação na vida cristã. A porção restante da obra trata com a graça da perseverança e o papel conseqüente da vida moral do crente.

Spirituality of John Owen,” *Evangelical Quarterly* 68 (1996) 223-33; John von Rohr, *The Covenant of Grace in Puritan Thought* (Atlanta: Scholars Press, 1986).

⁶ Larry Sharp, “The Doctrines of Grace in Calvin and Augustine,” *Evangelical Quarterly* 52 (1980) 84-96, esp. 92; J. C. Ryle, *Holiness* (Grand Rapids: Associated Publishers and Authors, 1971), 216; John Zens, “The Doctrine of Assurance: A History and an Application,” *Baptist Reformation Review* 5 (1976) 34-35.

⁷ Arthur McGiffert, *A History of Christian Thought*, vol. 2 (New York: Scribner’s, 1954), 96. Cf., Beeke, *Assurance of Faith*, 11–13; Henry Robins, *The Basis of Assurance in Recent Protestant Theologies* (Kansas City: Charles E. Brown, 1912).

⁸ Augustine, *De gratia et libero arbitrio*, 1, in *NPNF*, vol. 5 (Grand Rapids: Eerdmans, 1974), 436–65.

⁹ Augustine, *De correptione et gratia*, 1, in *NPNF*, vol. 5 (Grand Rapids: Eerdmans, 1974), 468–91.

¹⁰ *Ibid.*, 2, 3, 5.

Na própria opinião de Agostinho, *De correptione et gratia* é a sua mais completa e melhor expressão da natureza gratuita da perseverança de Deus sobre alguém até o fim.¹¹ Ele argumenta aqui que um crente que perde sua fé carrega a única culpa por tal perda, mas aquele que retém a fé demonstra o dom da graça perseverante. Ele argumenta ainda que nenhum dos eleitos perecerá – aqueles que na vida caem definitivamente são, e sempre foram, parte dos réprobos.¹² Por outro lado, se um dos eleitos caísse, Deus necessariamente asseguraria que essa pessoa no final se arrependeria e voltaria à igreja.¹³ Agostinho não tenta investigar os mistérios do porquê Deus concede perseverança a alguns e não a outros, mas descansa nas palavras de Paulo: “Ó profundidade das riquezas, tanto da sabedoria, como da ciência de Deus!”¹⁴ Contudo, o ensino central desse tratado, que a perseverança de alguém até o final é unicamente uma obra da graça de Deus, é vividamente expressa por todo a parte. Foi a defesa desse entendimento da natureza completamente gratuita da graça perseverante que levou Agostinho a escrever sua obra final sobre perseverança, *De dono perseverantiae*.

II. O *De dono perseverantiae* de Agostinho

Embora a heresia pelagiana, contra a qual Agostinho lutou durante a segunda década do século V, tenha sido condenada pelo Papa Zozimus em 418, havia um remanescente de alguns “herdeiros” pelagianos que continuaram a resistir à formulação agostiniana da graça. A esses pensadores, e seus equivalentes históricos, o nome “semi-pelagianos” é agora comumente dado.¹⁵ Contra esses mestres, Agostinho escreveu seu último tratado sobre a graça que nos chegou em duas partes, *De praedestinatione sanctorum* e *De dono perseverantiae*.

De dono perseverantiae foi endereçado a Próspero e Hilário, dois sustentadores de Agostinho na Gália que estavam tentando defender a noção agostiniana da graça. Parece que o abade do monastério de São Vítor em Marselha, João Cassiano, duvidava da gratuidade absoluta da graça como descrita por Agostinho em seus escritos contra Pelágio.¹⁶ Ao fazer isso, contudo, Cassiano e seus seguidores negaram o ensino de Pelágio de que o homem natural tem a capacidade para obter a vida eterna aparte da obra interna da graça. Esses semi-pelagianos admitiam a necessidade da graça para algumas obras e que a salvação aparte do mérito de Cristo é impossível. Com Agostinho, eles aceitavam as doutrinas do pecado original, a necessidade do batismo, e a importância da obra interior do Espírito Santo. Todavia, eles mantinham que o início da salvação (*initium fidei*) e a perseverança do crente na fé (*perseverantis fidei*) até o fim dependia do próprio homem. Eles ensinavam que, através dos seus próprios poderes

¹¹ Augustine, *De dono perseverantiae*, 55, in *NPNF*, vol. 5 (Grand Rapids: Eerdmans, 1974), 521–52.

¹² *De correptione*, 5, 12, 16, 23.

¹³ *Ibid.*, 16, 23.

¹⁴ *Ibid.*, 17.

¹⁵ Embora o termo semi-pelagianismo seja uma expressão relativamente moderna – aparecendo primeiramente apenas no século XVI – é claro que os últimos oponentes vivos contra os quais Agostinho escreveu sustentavam crenças similares, embora não idênticas, a Pelágio.

¹⁶ Muito da história e pano de fundo do semi-pelagianismo e da resposta de Agostinho ao movimento pode ser encontrado em Peter Brown, *Augustine of Hippo* (London: Faber, 1967), 340–407; Lesousky, *The De Dono Perseverantiae of Saint Augustine*, 1–101; Richard Kyle, “Semi-Pelagianism” in Walter Elwell, ed., *Evangelical Dictionary of Theology* (Grand Rapids: Baker, 1984), 1000–1001; Seeberg, *Textbook*, 368–82; Johannes Quasten, *Patrology*, vol. IV (Allen: Christian Classics, n.d.), 433–45.

naturais, uma pessoa deve fazer a preparação necessária e positiva para a recepção da graça de Deus. Ao buscar isso piedosamente, a pessoa alcançava o dom necessário da graça para viver em fé. Similarmente, a graça da perseverança final é recebida quando alguém, sem qualquer assistência especial de Deus, persevera na graça inicial recebida. Nessa formulação de perseverança – onde o foco não é sobre a vontade de Deus, mas sobre a capacidade do homem – os semi-pelagianos negaram o conceito agostiniano de predestinação, insistindo ao invés disso que o termo se referia à presciência de Deus daqueles que por si só creriam. “O erro dos Massilianos” resultou do fracasso desses homens em explicar satisfatoriamente a harmonia das suas verdades – a gratuidade absoluta da graça e, todavia, a necessidade de uma vida moral. Consequentemente, eles concluíram que, ou toda a graça não era completamente graciosa, ou os esforços do homem na santidade eram inúteis. Indispostos em ceder à última conclusão, vários monges da Gália mantiveram que tanto o princípio como o fim da fé não são dons de Deus, mas reside no poder do homem; Deus não orienta a mente e a vontade de uma pessoa para crer e continuar na fé, mas ele concede outras graças quando as pedimos com fé. A obra de Cristo é necessária, mas a vontade de nenhum homem é tão depravada ou destruída para que ele não possa desejar ser curado. Consequentemente, esses mestres procuram “provar que podemos adquirir o dom da fé por nós mesmos, ficando para Deus só o seu crescimento em virtude do mérito com o qual ela começou por nossa iniciativa”.¹⁷

Na primeira porção desse tratado, *De praedestinatione sanctorum*, Agostinho demonstra que o ato inicial da graça no crente não é o resultado do estado ou mérito natural do mesmo, mas depende unicamente de Deus. Em oposição aos semi-pelagianos, Agostinho ensinou que o *initium fidei* é completamente um dom de Deus. Em *De dono perseverantiae*, Agostinho se volta para o segundo erro dos semi-pelagianos com respeito à perseverança: “Agora, contudo, eu não estou argumentado com respeito ao início da fé, sobre o qual já falei muito no livro anterior, mas daquela perseverança que deve existir até o final, — a qual, certamente, até mesmo os santos, que fazem a vontade de Deus, buscam quando dizem em oração: ‘Seja feita tua vontade’”.¹⁸

Agostinho demonstra que a perseverança é um dom gracioso de Deus examinando o testemunho da Escritura, seus próprios escritos anteriores, e o ensino da igreja. O principal argumento de Agostinho, contudo, centra-se na observação de que os crentes oram diariamente a Deus por perseverança – se a perseverança não fosse um dom de Deus, a igreja não deveria orar por ela. Se oramos por perseverança, então cremos que Deus pode conceder a perseverança, e, assim, demonstramos que ela é um dom. Se não cremos nisso, então nossas orações são superficiais.¹⁹ Durante todo o tratado, Agostinho confronta várias preocupações teológicas sobre a perseverança. Assim, uma parte principal de seu tratado é tomada com a questão da predestinação que naturalmente fortalece sua doutrina da perseverança. Como antes, Agostinho também confronta a questão do motivo de Deus em escolher alguns para salvação e ignorar outros; ele responde: “quão inescrutáveis são os juízos de Deus!”.²⁰ Agostinho também não está inconsciente da implicação pastoral do que ele está ensinando. Assim, ele afirma a

¹⁷ *De praedestinatione sanctorum*, 3, in *NPNF*, vol. 5 (Grand Rapids: Eerdmans, 1974), 493–519. Cf., 39, 40, 43.

¹⁸ *Ibid.*, 6.

¹⁹ *De perseverantiae*, 3–9, 63.

²⁰ *Ibid.*, 18–33.

necessidade de ensinar a perseverança bem como a natureza admoestatória de uma apresentação da doutrina nas seções finais do tratado.²¹

III. A Perseverança dos Santos na Inglaterra do Século XVII

Ao rejeitar as formulações Reformadas da perseverança dos santos no começo do século XVII, os Remonstrantes na Holanda tinham afirmado que “os verdadeiros crentes podem cair da verdadeira fé e podem cair em pecados que não são consistentes com a fé verdadeira e justificadora; não somente é possível que isso aconteça, mas acontece frequentemente”.²² Na Inglaterra, em meados do século XVII, argumentos similares foram usados por puritanos devotos que estavam temerosos de que a doutrina da perseverança levasse à segurança carnal, uma tendência prejudicial à piedade e santidade.²³

Um desses puritanos foi John Goodwin. Goodwin (1593–1665) foi um dos principais dos arminianos sectários – aqueles que se separaram da Igreja da Inglaterra, retendo muito de seu Arminianismo Laudiano, mas compartilhando noções Puritanas de piedade, espiritualidade e reforma eclesiástica. Goodwin “foi um dos homens mais extraordinários da sua época. Ele era um arminiano e republicano; um homem de violência tanto na política como na religião, e cujos poderes de controvérsia eram da mais alta ordem”.²⁴ Ele viveu sua vida “separado, pela idiossincrasia singular de opiniões, de todos os partidos principais de seu tempo” e se colocou “contra todo homem, e teve quase todo homem contra ele”.²⁵

Sua obra principal, *Redemption Redeemed* [Redenção Redimida], discute dois pontos do conflito entre Arminianos e Calvinistas, ou seja, a redenção universal e a perseverança dos santos: a última naturalmente brotando da primeira quando Goodwin tentou demonstrar que Cristo morreu por alguns que no final perecem, embora por um tempo eles parecessem ser parte dos eleitos. Goodwin objetou à inconsistência entre as promessas de perseverança e as exortações usadas pelas Escrituras e seus expositores, através das quais a perseverança pode ser assegurada.²⁶ Ele ficou mais tarde preocupado com as conseqüências morais do tipo de Calvinismo promovido pelos Puritanos mais ortodoxos. Isso foi especialmente verdade da doutrina da perseverança eterna que ele reivindicava levar a uma falsa confiança e a um declínio moral nos cristãos: “Essa doutrina que afirma uma possibilidade de uma deserção até mesmo final da fé, nos crentes verdadeiros, quando bem entendida, aumenta grandemente a busca pela piedade, mais do que a opinião comum sobre a perseverança”.²⁷ Conseqüentemente, a terceira parte do *Redemption Redeemed* de Goodwin é uma crítica

²¹ Ibid., 57-62

²² *Sententiae Remonstrantium*, J. N. Bakhuizen Vanden Brink, *De Nederlandsche Belijenisgeschriften* (Amsterdam, 1940), V.iii, 287.

²³ Dewey Wallace, *Puritans and Predestination* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1982), 130–44, discusses the rise of a pietistic Arminianism in England.

²⁴ William Orme, *Life of the Reverend John Owen* (Choteau, MT: Gospel Mission, 1981), 91.

²⁵ John Owen, *The Doctrine of the Saints' Perseverance Explained and Confirmed*, in *The Works of John Owen*, Vol. XI (Carlisle: Banner of Truth Trust, 1991), 2. For further biographical information on Goodwin, see Wallace, *Puritans and Predestination*, 108, 130–33; Orme, *Life of John Owen*, 90–92; L. Stephen and S. Lee, eds., *Dictionary of National Biography* (London: University Press, 1986), Vol. XXII: 145–48.

²⁶ Owen, *The Doctrine of the Saints' Perseverance*, 461.

²⁷ John Goodwin, *Apolytrosis Apolytroseos, or Redemption Redeemed* (London, 1651), 364.

extensa à doutrina Reformada da perseverança, e promove, no lugar dela, “a possibilidade dos santos declinarem até mesmo para a destruição”.²⁸ Seguindo uma introdução à crença Reformada e a contra posição, Goodwin gasta a maioria dos seus esforços demonstrando a partir da Escritura a falibilidade da formulação Reformada, e seus próprios fundamentos bíblicos para afirmar o potencial real da apostasia final dos cristãos verdadeiros e eleitos. Em *Redemption Redeemed*, o ataque de Goodwin à perseverança foi, de acordo com um crítico, “plausível e imponente, mas mais ruidoso do que sólido”, e “como a maioria dos escritores Arminianos, ele caricatura o Calvinismo para expô-lo ao desagrado dos seus leitores”.²⁹

IV. O “A Doutrina da Perseverança dos Santos” de John Owen

O *Redemption Redeemed* de Goodwin gerou várias respostas por parte do campo Reformado na Inglaterra,³⁰ mas de longe a mais prolífica e extensa foi produzida por John Owen (1616–1683). Ele escreveu extensivamente sobre assuntos teológicos e pastorais e serviu como vice-chanceler da Universidade de Oxford durante o protetorado de Cromwell.³¹ Tendo já tratado com a noção de redenção universal em seu tratado, *The Death of Death in the Death of Christ* [A Morte da Morte na Morte de Cristo], Owen discute o entendimento ortodoxo de perseverança em *The Doctrine of the Saints’ Perseverance* [A Doutrina da Perseverança dos Santos]. Dessa obra, Joel Beeke afirma: “por profundidade pura de pensamento, minuciosidade de exposição, e rigor consistente de aplicação, nenhum escrito no campo Reformado sobre perseverança e segurança já sobrepujou a pena magistral de Owen”.³²

Uma obra massiva, *The Doctrine of the Saints’ Perseverance* de Owen é uma refutação sistemática da rejeição de Goodwin da doutrina. Owen refuta tanto os argumentos individuais contidos no *Redemption Redeemed* como as suposições gerais do autor. Ele rapidamente concorda com a presença de desertores e apóstatas dentro da igreja visível. Contudo, Owen afirma que a classificação Arminiana de todos os professos da religião como crentes verdadeiros e genuínos é tanto anti-bíblica como inexata; ele demonstra que as referências escriturísticas àqueles que caem definitivamente refere-se àqueles que, antes de tudo, nunca foram verdadeiramente eleitos.³³ Numa direção positiva, Owen fundamenta a doutrina da perseverança na imutabilidade da natureza de Deus, suas promessas, seu pacto e seus eternos propósitos. A salvação dos eleitos de Deus é certa porque ela está ligada, no final das contas, à natureza imutável do próprio Deus.³⁴ O que mais inflamou Owen não foi a oposição do seu oponente à perseverança dos santos,

²⁸ Ibid., 226.

²⁹ Orme, *Life of John Owen*, 91.

³⁰ Richard Resbury, *Some Stop to the Gangrene of Arminianism Lately Promoted by M. John Goodwin* (London, 1651); Richard Resbury, *The Lightless-Starre, or, Mr. John Goodwin Discovered a Pelagio-Socinian* (London, 1652); George Kendall, *Theokratia, or, A Vindication of the Doctrine Commonly Received in the Reformed Churches Concerning Gods Intentions of Special Grace and Favour to His Elect in the Death of Christ* (London, 1653); George Kendall, *Sancti Sanciti, or, The Common Doctrine of the Perseverance of the Saints* (London, 1654); Owen, *The Doctrine of the Saints’ Perseverance*.

³¹ Informações biográficas adicionais sobre Owen pode ser encontradas em Peter Toon, *God’s Statesman: The Life and Work of John Owen* (Exeter: Paternoster, 1971); Sinclair Ferguson, *John Owen on the Christian Life* (Carlisle: Banner of Truth Trust, 1987); Orme, *Life of John Owen*.

³² Beeke, *Assurance of Faith*, 214.

³³ Owen, *The Doctrine of the Saints’ Perseverance*, 79–107.

³⁴ Ibid., chapters II-IX.

mas sua distorção da posição Reformada. Goodwin retratou a noção da segurança do crente como minando a motivação do cristão para se esforçar na santidade e piedade. Ele manteve que a doutrina da perseverança naturalmente causa a licenciosidade e o desrespeito pela moralidade, e nega a significância das exortações e dos mandamentos da Escritura. Owen, contudo, aponta que Deus persevera seus santos na santidade, não a despeito de sua ausência. A justificação está infalivelmente unida ao *sancti fication*, estimulando o amor e a obediência a Deus. Na opinião de Owen, Goodwin distorceu o entendimento ortodoxo ao dizer que ele ensina a preservação sem a perseverança. Isso frustrou Owen, que apontou as verdades complementares da doutrina Reformada: a perseverança dos santos está unida à crença contínua, ao amor por Deus, e ao viver vidas piedosas.³⁵ Para Owen, a promessa da segurança eterna ia de mãos dadas com o chamado para perseverar em fidelidade.

Em adição ao seu *Doctrine of the Saints' Perseverance*, Owen também tratou com a doutrina da perseverança dos santos em duas outras obras; em seus comentários exegéticos sobre Hebreus 6:4–6, na sua importante obra *An Exposition of the Epistle to the Hebrews* [Uma Exposição da Epístola aos Hebreus], e num tratado sobre apostasia intitulado *The Nature of Apostasy from the Profession of the Gospel* [A Natureza da Apostasia da Profissão do Evangelho]. A última obra foi publicada numa época em que Owen estava preocupado sobre o declínio na religião, e reflete suas preocupações pastorais. Nela, ele procura “inquirir a natureza, causas e ocasiões da presente deserção da verdade, da santidade e da adoração do Evangelho que está presente no mundo”.³⁶ Exceto por uns poucos comentários introdutórios, o primeiro capítulo dessa obra é simplesmente uma transcrição palavra por palavra de sua exegese de Hebreus 6:4–6 como encontrada em *An Exposition of Hebrews*.³⁷ A obra é uma exposição cuidadosa na qual suas habilidades como um exegeta e um teólogo ortodoxo coincidem.

V. A Doutrina da Perseverança para Agostinho e Owen

Os cinco pontos seguintes demonstram o nível de correlação e distinção entre a formulação de Agostinho e Owen da doutrina da perseverança.

1. Perseverança como Dom Gratuito de Deus

A natureza completamente gratuita do dom da perseverança fundamenta obviamente todo o *De dono perseverantiae* de Agostinho. No tratado ele está tentando corrigir a noção “semi-pelagiana” de que, embora a graça seja livremente dada por Deus quando um crente a solicita, a responsabilidade de perseverar na fé até o fim reside firmemente com o próprio crente. Esse objetivo é claramente declarado no primeiro capítulo — “Eu

³⁵ Robert Peterson, “Christian Assurance: Its Possibility and Foundations,” *Presbyterion* 18 (1992) 10.

³⁶ John Owen, *The Nature of Apostasy from the Profession of the Gospel and the Punishment of Apostates Declared*, em *The Works of John Owen*, Vol. VII (Carlisle: Banner of Truth Trust, 1991), 11.

³⁷ John Owen, *An Exposition of the Epistle to the Hebrews*, em *The Works of John Owen*, Vol. XXI (Carlisle: Banner of Truth Trust, 1991). Na edição *Goold Works*, as páginas 11–40 do volume VII correspondem diretamente às páginas 67–91 do volume XXI. Por conveniência, a paginação a partir do comentário de Hebreus seguirá abaixo. Embora o tratado sobre apostasia tenha sido publicado antes do terceiro volume de Hebreus (que contém a perícopa de Hebreus 6:4-6), a partir do estilo de escrita, etc., é mais provável que Owen tenha completado primeiro sua obra exegética no comentário antes de preparar o *The Nature of Apostasy*. Veja também, John Owen, *A Practical Exposition Upon Psalm CXXX*, vol. VI: 324–648; *Two Short Catechisms*, vol. I: 464–94, e *Communion with God*, vol. II: 2–275.

afirmo, portanto, que a perseverança pela qual perseveramos em Cristo até o fim é o dom de Deus” — e isso é frequentemente reiterado desde então.

Por exemplo,

é mostrado com suficiente clareza que a graça de Deus, que tanto começa a fé de um homem como o capacita a perseverar até o fim, não é dada de acordo com os nossos méritos, mas é dada de acordo com a sua mais secreta e ao mesmo tempo mais justa, sábia e beneficente vontade; visto que aqueles a quem ele predestinou, também os chamou.³⁸

A prova que Agostinho oferece nessa obra foi mencionada acima; contudo, é digno de se reenfatar seu ponto principal: ao orar por perseverança, como demonstrado através da Oração do Senhor, os cristãos mostram que a perseverança é um dom; se ela é não fosse um dom, não haveria nenhum propósito em se orar por ela — “pois se a Igreja implora de Deus estes dons, mas pensa que eles lhe são dados por causa dela mesma, ela não oferece orações verdadeiras, mas perfunctórias (*perfunctorias*)”.³⁹ Agostinho luta aqui para exaltar a graça de Deus em toda a economia da salvação, do princípio (como enfatizada no seu tratado anterior, *De praedestinatione sanctorum*) ao fim. Como Mary Lesousky resumizou: “Agostinho escreveu o *De dono perseverantiae* para defender os direitos de Deus: seu direito de ser reconhecido pelo homem como aquele que dá graça, e conseqüentemente, seu direito de receber petições do homem pelas graças necessárias, e a gratidão pelas graças recebidas”.⁴⁰

A natureza gratuita da perseverança é também um tema latente no *De correptione et gratia* de Agostinho. Embora a perseverança como um dom de Deus não seja o tema principal do tratado, esse conceito é o que iniciou o questionamento dos monges com respeito à necessidade de admoestações pastorais. Esses monges raciocinaram que, se um crente perseverava somente porque Deus lhe concede um dom livre e imerecido, então não havia razão para um humano repreender ou corrigir outra pessoa por suas falhas morais ou espirituais. Embora Agostinho tenha gasto muito dos capítulos iniciais desse livro definindo *correptione*, ele nunca abandonou sua insistência sobre o caráter gracioso da perseverança. “Isso, de fato, não somos capazes de negar, ou seja, que a perseverança no bem, progredindo até o fim, também é um grande dom de Deus; e que ele não existe, exceto que venha daquele de quem está escrito: ‘Toda boa dádiva e todo dom perfeito vêm do alto, descendo do Pai das luzes, em quem não há mudança, nem sombra de variação’”.⁴¹ Para Agostinho, o aspecto chave de toda a discussão estava na centralidade da graça operante de Deus na salvação dos homens; esse tema controla sua formulação e expressão da doutrina da perseverança.⁴²

Em *The Saints’ Perseverance*, John Owen tem um tema controlador diferente, embora relacionado. Ele trata com aqueles que querem argumentar que crentes genuínos podem cair e de fato caem totalmente da graça. Owen assume que a perseverança é parte do dom da salvação que é incorrido em favor do crente por Jesus Cristo. Embora não seja

³⁸ *De perseverantiae*, 33.

³⁹ *Ibid.*, 63; Augustine, *In Joannis Evangelium*, 8, in *NPNF*, vol. 7 (Grand Rapids: Eerdmans, 1974), 7-452.

⁴⁰ Lesousky, *The De Dono Perseverantiae of Saint Augustine*, Cf., *De praedestinatione*, 9-10.

⁴¹ *De correptione*, 10. Veja também, 6; 9; 17; 19; 38.

⁴² Veja também os comentários de Agostinho sobre perseverança em *De praedestinatione*, 4.

uma parte central de sua discussão, esse caráter gratuito da perseverança é, todavia, uma suposição fundacional na argumentação de Owen. Assim, Owen menciona explicitamente Agostinho e afirma sua opinião de que a perseverança deveria ser considerada “como um dom anexo à fé e ao amor”.⁴³ Além disto, Owen reconta a ocasião histórica do *De dono perseverantiae* de Agostinho, de seu combate com os semi-pelagianos, e observa que sua luta com o Arminiano Goodwin é um paralelo exato àquela luta anterior. Owen sumariza com aprovação o objetivo dos escritos de Agostinho sobre a perseverança: se opor a qualquer noção de perseverança que a faça não ser “o fruto e obra da graça de Deus em nós, mas a obra e efeito de nossos próprios esforços, através do suprimento de tais meios, motivos, persuasões e considerações, a medida que somos ou podemos ser equipados com tudo isso”.⁴⁴

Ao provar que os crentes genuínos não podem cair definitivamente, Owen frequentemente se refere à natureza graciosa da perseverança, e claramente zomba do ensino de Goodwin de que “Deus prometeu que o crente perseverará no caso deles perseverarem!”.⁴⁵ Opondo-se à reivindicação de Goodwin de que a vida eterna é uma recompensa pela obediência bem sucedida como um cristão, Owen concorda que a vida eterna pode ser chamada de recompensa, mas observa:

Ela é uma recompensa nem procurada (propriamente e moralmente, como a causa merecedora) nem proporcionada pela obediência daqueles por quem é alcançada. Ela é uma recompensa porque é o dom gratuito de Deus, e uma herança comprada por Jesus Cristo; uma recompensa de generosidade, e não de justiça, com respeito àqueles sobre quem ela é concedida; uma recompensa, por ser um gracioso encorajamento, como o fim da nossa obediência, não como a aquisição ou deserção dela.⁴⁶

Sendo um Puritano fiel, Owen ligou a perseverança também ao pacto da graça; a perseverança é eficaz, em parte, porque ela é um florescimento natural do pacto da graça dentro do qual a salvação do crente é encontrada.⁴⁷ Sobre a natureza graciosa do dom da perseverança, Agostinho e Owen claramente ensinaram as mesmas linhas.

2. Perseverança Dada aos Eleitos Que Não Podem Perdê-la

Embora os escritos de Agostinho tenham causado muita confusão sobre esse ponto,⁴⁸ suas visões sobre esse assunto são totalmente explícitas; ele manteve firmemente que todo e qualquer eleito recebeu o dom da perseverança de Deus, e que eles não podem perder ultimamente a sua salvação. Agostinho fala diretamente sobre os eleitos diversas vezes em *De correptione et gratia* e ocasionalmente em *De dono perseverantiae*. Após tratar da necessidade de admoestações em *De correptione et gratia*, Agostinho afirma que o dom da perseverança é seguramente dado aos eleitos e que, por causa desse dom, eles não podem no final cair definitivamente da graça.⁴⁹ Essa inabilidade os distingue

⁴³ Owen, *The Doctrine of the Saints' Perseverance*, 21.

⁴⁴ *Ibid.*, 64.

⁴⁵ *Ibid.*, 248.

⁴⁶ *Ibid.*, 503.

⁴⁷ *Ibid.*, 204-25. Cf., Ferguson, *The Christian Life*, 20-27.

⁴⁸ McGiffert, *A History of Christian Thought*, 96; Robins, *Basis of Assurance*, *passim*.

⁴⁹ *De correptione*, 13-16.

dos outros crentes que não são parte dos eleitos e que eventualmente perecerão em desobediência. Dos eleitos, contudo, Agostinho rigorosamente afirma que “nenhum perece, porque todos foram eleitos”.⁵⁰ “Quando o dom de Deus é concedido a eles... nenhum dos santos falha em manter sua perseverança em santidade até o fim”.⁵¹ Similarmente, o eleito não pode cometer o pecado para morte (1 João 5:16), pois a eleição e perseverança deles os protege desse pecado.⁵² Finalmente, Agostinho argumenta que o eleito não pode cessar de ser eleito pois o seu número “é tão certo que ninguém pode ser adicionado a eles nem tirado deles”.⁵³ A salvação do eleito é certa por causa da graça da eleição, e conseqüentemente, a certeza de sua perseverança é garantida.

A incapacidade do eleito perder sua salvação e fracassar em perseverar até o fim é o objetivo principal da obra de Owen sobre perseverança. Enquanto a certeza da perseverança dos eleitos é secundária para o dom-status de perseverança para Agostinho, os olhos de Owen estão lançados diretamente sobre a questão da capacidade de um santo cair da graça. Na carta dedicatória de *The Saints' Perseverance*, Owen esboça seu objetivo:

Que você e todos os santos de Deus possam já gozar daquela paz e consolação que está em se crer que o amor eterno de Deus é imutável, que ele é fiel em suas promessas, que seu pacto, ratificado na morte do seu Filho, é imutável, que os frutos da aquisição de Cristo serão certamente concedidos a todos aqueles por quem ele morreu [certamente os eleitos, para Owen], e que todo aquele que está realmente interessado nessas coisas será guardado para a salvação, é o objetivo da minha presente declaração e protesto.⁵⁴

Esse propósito Owen busca fielmente por todo esse livro, bem como argumentos significantes para suportar essa noção em seus outros escritos.⁵⁵

Nem Agostinho nem Owen, contudo, negaram a possibilidade de que os eleitos podem cair parcial ou temporariamente da fé – a realidade da perseverança não era vista como uma desculpa para o pecado, mas uma promessa da perseverança eventual do eleito através do pecado. Assim, a ocasião principal do *De correptione et gratia* é advogar a necessidade e utilidade da repreensão e correção pastoral. Repreender é necessário em parte porque aquele que está oferecendo a admoestação está inconsciente do status de eleito daquele que ele está corrigindo.

Portanto, aquele que se extravia do caminho da justiça não deve dizer que não há necessidade de correção e que basta a súplica por ele ao Senhor, para que retorne e persevere: pessoa alguma prudente e fiel diga tal coisa. Pois, se foi chamado segundo seu desígnio, [isto é, eleito no sentido de Agostinho, veja abaixo] a correção será sinal de que Deus coopera para o seu bem. Mas como aquele que corrige, ignora se outro foi chamado, faça-o com caridade o que sabe ser preciso fazer. Sabe que esse outro merece correção, deixando a Deus o mostrar sua

⁵⁰ Ibid., 14. Cf., 23.

⁵¹ *De perseverantiae*, 9.

⁵² *De correptione*, 35.

⁵³ Ibid., 39.

⁵⁴ Owen, *The Doctrine of the Saints' Perseverance*, 5–6.

⁵⁵ E.g., Owen, *The Nature of Apostasy*, 32–33.

misericórdia, se o corrigido está afastado da massa da perdição pela liberalidade da graça e não está entre os vasos de ira destinados à perdição, mas entre os vasos de misericórdia que Deus predestinou para a glorificação. E agirá com seu juízo, se está entre os condenados e não está predestinado como o outro.⁵⁶

Agostinho reconhece livremente a possibilidade dos eleitos vacilarem, mas “se desviaram, emendar-se-ão uma vez corrigidos”, e “os que temporalmente dele se desviam, retornam para levar a termo a obra que começaram”.⁵⁷ O lapso no pecado e a desobediência ocorrem até mesmo no eleito, todavia, com o eleito, o arrependimento eventual e a fidelidade renovada é garantida por Deus. “A fé desses, que opera em amor, não falha realmente de forma alguma, ou, se há alguns cuja fé falha, ela é restaurada antes de suas vidas terminarem, a iniquidade que interferiu nisso é eliminada, e a perseverança até o fim é dada a eles”.⁵⁸

Owen também está bem ciente da possibilidade (até mesmo da realidade) dos eleitos afundarem parcialmente no pecado. Owen estava frustrado com o declínio na religião contemporânea, “que entre a generalidade de cristãos professos, a glória e o poder do Cristianismo estão desbotados e quase totalmente perdidos”, e respondeu com seu livro, *The Nature of Apostasy* [A Natureza da Apostasia].⁵⁹ Nessa obra, Owen distingue entre apostasia parcial e total, advertindo todo crente sobre a dolorosa culpa e perigo de ambos os tipos de apostasia.⁶⁰ Owen cita o exemplo de Pedro, que caiu em pecado, e, todavia, foi restaurado, como prova de que a deserção do caminho da verdade não é necessariamente permanente, mas a pessoa pode ser trazida de volta à plena comunhão. “Um homem pode cair no caminho do pecado, mas ainda reter em sua mente tal princípio de luz e convicção, de forma que lhe seja agradável a sua recuperação”.⁶¹

Goodwin, o oponente de Owen, apontou para os vários números de crentes que caem em pecado como prova de que os crentes de fato perdem sua salvação. Owen considera esse argumento muito seriamente e toma uma grande porção de sua réplica à Goodwin para responder essa acusação.⁶² Ele não nega a realidade do pecado nos crentes; pelo contrário, ele persuasivamente argumenta por sua presença em todo crente. Contudo, Owen afirma que essa condição prova (1) a presença de duas vontades operando uma contra a outra em toda pessoa verdadeiramente regenerada, (2) a incapacidade do pecado reinar para sempre em alguém que é verdadeiramente convertido, e (3) a falta de total consentimento dado pelo crente ao pecado.⁶³ Dessa forma, Owen tanto reconhece a existência prontamente provada do pecado nos crentes, como também nega a vitória última do pecado sobre o eleito. Uma vez mais, sobre assuntos substanciais com respeito à natureza eficaz da perseverança, Owen paralela intimamente a apresentação de Agostinho.

Contudo, as orientações divergentes de suas respectivas obras talvez indica uma diferença significativa na abordagem tomada por Agostinho e Owen. Agostinho

⁵⁶ *De correptione*, 25. Cf., 10.

⁵⁷ *Ibid.*, 13; 23.

⁵⁸ *Ibid.*, 16. Cf., *De perseverantiae*, 15; 19; 33.

⁵⁹ Owen, *The Nature of Apostasy*, 3. Cf., 11; Owen, *The Doctrine of the Saints' Perseverance*, 79.

⁶⁰ Owen, *The Nature of Apostasy*, 52–60.

⁶¹ *Ibid.*, 34.

⁶² Tanto o capítulo I como o XV de *The Doctrine of the Saints' Perseverance* refutam as acusações e argumentos individuais de Goodwin.

⁶³ Owen, *The Doctrine of the Saints' Perseverance*, 515–16.

fundamenta sua discussão sobre perseverança na natureza gratuita da salvação: Deus, e Deus somente, é responsável pela salvação eterna do crente. Assim, para Agostinho, a perseverança dos santos está fundamentada em seu entendimento impressionante da graça. Como mencionado acima, Owen certamente não disputa isso; de fato, ele forma um pano de fundo necessário para sua própria exposição da doutrina. Todavia, os escritos de Owen sobre perseverança não se centram na graça de Deus, mas na natureza do próprio Deus. O *The Saints' Perseverance* está belamente dividido em duas partes – a última parte é uma resposta polêmica ao *Redemption Redeemed* de Goodwin, e a primeira é uma exposição positiva da doutrina. Nessa seção, Owen fundamenta a doutrina da perseverança na imutabilidade da natureza, dos propósitos e do pacto de Deus.⁶⁴ O crente perseverará até o fim, não ultimamente por causa da natureza da graça, mas porque o próprio Deus tem imutavelmente se unido à salvação eterna do seu povo escolhido. Joel Beeke observa que em Owen, a salvação é assegurada porque “Deus está imutavelmente engajado com seu povo por meio de suas promessas que formam o coração do pacto da graça”.⁶⁵ Tal relacionamento é irrevogável por definição. Agostinho também observa com respeito a todo crente a quem tem sido dado o dom da perseverança que “nenhum deles perece, porque Deus por nada pode ser vencido”, isto é, a perseverança está ligada à natureza de Deus.⁶⁶ Contudo, ele não traça essa forma de argumento; pelo contrário, ele se foca na gratuidade absoluta da graça.

Essa diferença entre Agostinho e Owen, contudo, não altera substancialmente suas formulações da doutrina. Como discutido acima, ambos reconheceram prontamente o caráter livremente gracioso da perseverança e sua eficácia inegável para os eleitos. Sobre esses e outros aspectos cruciais da doutrina, Agostinho e Owen afirmam a mesma coisa. Como Owen observa, “até aqui Austin está claramente engajado conosco, que a perseverança é um dom de Deus, que ela é dada por ele a todo que persevera, e que todo a quem ela é dada está inseparavelmente confirmado na graça, e será infalivelmente perseverado até o fim”.⁶⁷ A diferença reside em como esses dois teólogos uniram essa doutrina com a teologia deles em geral: Owen vê a perseverança dos santos como fundamentada na imutabilidade da Deidade, enquanto Agostinho discute a doutrina a partir da perspectiva da soteriologia e graça. Sejam quais forem as diferenças substanciais que possam aparecer entre os dois, é improvável que residam nesse fato.

3. A Apostasia dos “Crentes”

Embora a terminologia deles difira, tanto Agostinho como Owen sustentam visões similares sobre a natureza da apostasia dentro da comunidade da igreja visível. Foi o perigo real de apostasia que levou, antes de tudo, Agostinho a escrever *De correptione et gratia*, e nesse tratado ele reconhece claramente que membros do corpo da igreja — membros verdadeiros, piedosos e fiéis — podem de fato cair no pecado de uma forma que eles serão eternamente punidos. Agostinho argumenta a favor da validade de repreender apóstatas que não perseveram na piedade, “pois eles permutaram voluntariamente a vida no bem pela vida no pecado, e por isso são dignos de repreensão. E se a repreensão for inútil e persistirem em continuar no mau caminho até

⁶⁴ Ibid., 120-39; Ferguson, *The Christian Life*, 264.

⁶⁵ Beeke, *Assurance of Faith*, 216.

⁶⁶ *De correptione*, 14.

⁶⁷ Owen, *The Doctrine of the Saints' Perseverance*, 64. Note que Owen se refere a Agostinho como “Austin.”

a morte, são mesmo dignos da condenação eterna”.⁶⁸ Agostinho prontamente reconhece que muitos crentes falham em perseverar e são no final condenados. Como explorado abaixo, para Agostinho, não há contradição aqui com sua afirmação de que *o eleito* não pode cair em condenação, pois ele traça uma firme distinção entre os *crentes* e o *eleito*.

Owen também reconheceu que muitos crentes professos em algum momento no futuro abandonam a fé e morrem fora da igreja e dos ensinamentos do evangelho. De fato, essa é uma das principais razões pelas quais ele escreveu sua obra sobre *Apostasy* [Apostasia]; embora um pensador teológico significativo, os interesses de Owen eram profundamente pastorais e esses guiaram muitos dos seus escritos.⁶⁹ Owen, contudo, reconhece livremente o perigo da apostasia, e oferece a seguinte descrição do que é frequentemente experimentado dentro da comunidade cristã:

1. É geralmente reconhecido que há “uma obra inferior, comum, do Espírito Santo” nas pessoas “causando-lhes uma grande alteração e mudança no que diz respeito a luz, conhecimento, habilidades, dons, afeições, vida e conversação, quando as pessoas assim influenciadas não são despertadas, regeneradas, nem feitas novas criaturas, nem unidas a Jesus Cristo”.⁷⁰
2. Essas pessoas sobre quem o Espírito tem posto sua “obra comum” podem assentir às realidades do evangelho como verdadeiras em seu tipo e não meramente oferecer uma profissão falsa de suas crenças.
3. À luz do exposto acima, essas pessoas não podem ser denominadas hipócritas, visto que elas não são falsos crentes, apenas fingindo serem crentes genuínos. A fé delas não é meramente para exibição e ausente de toda substância, “todavia, não obstante tudo isso, elas estão em cativeiro, e, na melhor das hipóteses, buscam uma justiça como se ela fosse pelas obras da lei, e nessa questão Cristo se mostra para elas como sendo de nenhum efeito”.⁷¹
4. Muitos frequentemente têm excelentes dons, habilidades, qualidades, prestando até mesmo serviços úteis à missão da igreja – todavia, permanecem sendo pessoas não-regeneradas.
5. Tendo experimentado a convicção do Espírito Santo, bem como os multiformes dons e bênçãos que ele traz aos verdadeiros crentes, essas pessoas, que ainda precisam ser unidas plenamente a Cristo, são capazes de pecar contra o Espírito Santo, “a apostasia imperdoável de Deus”.⁷²

Tanto Owen como Agostinho concordam que os crentes da comunidade cristã podem, e algumas vezes o fazem, se afastar da fé e serem condenados como infiéis. A harmonia entre essa afirmação e a convicção mencionada acima com respeito à certeza da perseverança dos eleitos é encontrada nas distinções que os autores fazem entre aqueles que recebem o dom da perseverança e aqueles que não recebem. Agostinho fala da igreja como aqueles que são *crentes*, alguns dos quais recebem o dom da perseverança,

⁶⁸ *De correptione*, 11.

⁶⁹ Ferguson, *The Christian Life*, 262; Orme, *The Life of John Owen*.

⁷⁰ Owen, *The Doctrine of the Saints' Perseverance*, 640–41.

⁷¹ *Ibid.*, 641.

⁷² *Ibid.*, 642.

continuam como cristãos até o fim, e são finalmente salvos, e alguns dos quais não recebem o dom da perseverança e são contados como parte dos réprobos: aqueles que não perseveraram “não estão livres da massa condenada e merecerão todos a reprovação”.⁷³ Agostinho é claro ao dizer que essa condenação é reservada até mesmo para aqueles que “tendo ouvido a pregação e se convertido, [todavia] não receberam o dom da perseverança”.⁷⁴ Agostinho não nega que aqueles que não perseveraram tenham sido tocados por Deus – de fato, sua descrição dessas pessoas que no final perecem é surpreendente. Ele consistente se refere a elas como “crentes” e observa que elas foram “chamadas” por Deus; elas são descritas como “aqueles a quem ele outorgou a caridade pela qual eles pudessem viver cristãmente”, “alguns de seus filhos – que ele regenerou em Cristo – a quem ele deu fé, esperança e caridade”,⁷⁵ e “renovados pelo banho da regeneração”.⁷⁶ Todavia, eles eram realmente “filhos da perdição” e Deus sabia isso, pois ele não os elegeu.⁷⁷

Agostinho elabora sobre essa noção ao distinguir entre aqueles crentes que tinham sido chamados, e aqueles que tinham sido “chamados de acordo com o propósito”, isto é, os eleitos. Aqueles a quem o dom da perseverança era dado “foram chamados e eleitos ao mesmo tempo e, por isso, está escrito: ‘Muitos foram chamados, mas poucos escolhidos’ (Mt 20,16). Mas porque foram chamados de acordo com o propósito, foram também escolhidos por uma eleição da graça, e não por merecimentos seus anteriores, pois todo seu mérito é para eles graça”.⁷⁸ Ao falar daqueles que certamente perseverarão, Agostinho observa:

E foram escolhidos, porque foram chamados segundo o propósito, não o seu, mas de Deus... Com efeito, os que foram escolhidos, foram também chamados; mas nem todos os chamados foram escolhidos. Portanto, aqueles eleitos, como muitas vezes dissemos, que foram chamados segundo seu propósito, foram também predestinados e conhecidos de antemão.⁷⁹

Essa distinção é importante para Agostinho, e continua a desempenhar um papel importante para a sua explicação tanto da doutrina da perseverança como da experiência de alguns crentes que caem.⁸⁰

Assim, algumas pessoas parecem ser eleitas aos nossos olhos, até mesmo recebendo muita graça nessa vida. Todavia, o fracasso final delas em perseverar demonstra que não são um dos eleitos. Contudo, isso não significa que são hipócritas, pois a justiça delas não é fingida, mas real; o viver justo e piedoso delas não é falsificado, mas um resultado de terem recebido graça do céu. No pensamento de Agostinho, ninguém é capaz de viver, mesmo que temporariamente, uma vida piedosa sem graça. Muitos crentes na igreja, então, a quem foi dada a graça para ouvir, crer e obedecer ao

⁷³ *De correptione*, 12. Cf., Augustine, *De doctrina Christiana*, iii.32, in *NPNF*, vol. 2 (Grand Rapids: Eerdmans, 1974), 519–97.

⁷⁴ *De correptione*, 12.

⁷⁵ *Ibid.*, 17–18.

⁷⁶ *De perseverantiae*, 21.

⁷⁷ *De correptione*, 40; 20.

⁷⁸ *Ibid.*, 13.

⁷⁹ *Ibid.*, 14. Cf., 20; 39.

⁸⁰ *De praedestinatione*, 7; *De perseverantiae*, 21; 33; *De doctrina Christiana*, iii.32.

Evangelho – e que são até mesmo chamados de “regenerados” por Agostinho – não receberam, todavia, a graça para perseverar até o fim.⁸¹

Nesse sentido, Agostinho parece até mesmo indicar que essas pessoas que finalmente não perseverarão foram predestinadas para viver por um tempo uma vida cristã, embora não tenham recebido o dom da perseverança para continuar naquele dom da fé inicial. Há um tipo de “predestinação dupla” aqui (embora, certamente, Agostinho não use tal termo) – primeiro uma predestinação para uma vida inicial de fé (como descrita em *De praedestinatione sanctorum*) e uma predestinação adicional para a perseverança.

O eleito recebe tanto o dom da *initium fidei* como da *perseverantis fidei*. Alguns crentes recebem somente o *initium fidei*, e, no final das contas, não são distintos dos réprobos. Na terminologia de Agostinho, muitos são chamados (isto é, predestinados para receber o *initium fidei*) para uma vida temporária de fé, mas poucos são escolhidos (isto é, predestinados para receber tanto o dom da graça inicial como da perseverante).⁸² Agostinho antecipa a questão natural: por que Deus concederia graças iniciais a alguns e não completaria o processo com graça perseverante? O constante refrão de Agostinho à luz dessas questões é “quão inescrutáveis são os juízos de Deus!”.⁸³

Por que de duas pessoas piedosas, uma recebe o dom da perseverança até o fim e à outra não o é outorgado? Impenetráveis são os juízos de Deus... Não foram ambos criados por Deus, ambos nascidos de Adão, ambos formados do limo da terra e ambos não receberam almas da mesma natureza das mãos daquele que disse: ‘Eu criei as almas’? (Is 57,16). Finalmente, ambos não foram chamados e seguiram o que chamou, ambos não foram justificados e ambos renovados pelo banho da regeneração? Se ouvisse estas perguntas aquele que sabia o que estava dizendo, poderia responder e dizer: ‘Tudo isto é verdade; de acordo com o que foi dito, eram dos nossos; mas, conforme certa distinção, não eram dos nossos; mas, se tivessem sido dos nossos, teriam permanecido conosco’. Qual é esta diferença? Abram-se os livros de Deus, não afastemos deles o olhar; a Escritura brada, apliquemos os ouvidos. Não era deles porque não foram chamados segundo o propósito; não foram eleitos em Cristo desde a fundação do mundo; nele não foram predestinados pela decisão daquele que tudo opera. Pois, se o fossem, seriam do número deles e com eles sem dúvida teriam permanecido.⁸⁴

Owen também distinguiu entre dois tipos de pessoas que constituem a comunidade da igreja visível: os crentes reais ou genuínos que certamente perseverarão até o fim, e os crentes professos que não perseverarão. Owen sustenta que a possessão de Cristo e a profissão de fé não são a mesma coisa. Ele reconhece que no segundo grupo, isto é, aqueles que professam o Cristianismo e exteriormente parecem ser crentes genuínos, haverá alguns hipócritas, pessoas que fingem sua fé cristã.⁸⁵ Mas, em sua maior parte, Owen vê essas pessoas como sinceros em suas experiências cristãs, honestamente professando sua fé cristã. Todavia, aqueles que parecem cair da fé têm experimentado apenas uma santidade temporária, uma mudança na aparência e pensamento exterior,

⁸¹ *De correptione*, 18–22.

⁸² *De praedestinatione*, 33; *De correptione*, 13–16. Cf., *De perseverantiae*, 21; 33; 54.

⁸³ *De perseverantiae*, 21; *In Joannis Evangelium*, LIII, 6; *De correptione*, 17; *De praedestinatione*, 11; 16; 26.

⁸⁴ *De perseverantiae*, 21.

⁸⁵ Owen, *The Doctrine of the Saints' Perseverance*, 80.

mas não renovados em sua natureza. Eles têm recebido as verdadeiras graças evangélicas da parte de Deus, graças únicas à dispensação do Evangelho e à obra do Espírito Santo.⁸⁶ Esses dons do Espírito Santo não devem ser tomados superficialmente, mas como evidência da grande obra do Espírito no mundo. Todavia, esses “privilégios especiais do evangelho” e essas graças “evangélicas” não são a mesma coisa que a salvação. O Espírito tem abençoado certos homens de uma forma poderosa, todavia, não lhes concedido a salvação – eles permanecem fora dos eleitos, mesmo quando experimentam grandes benefícios da graça. Owen descreve tais pessoas:

como tais, tendo recebido diversos dons e graças comuns do Espírito – como iluminação da mente, mudança de afeições, e desde então correção da vida, com tristeza do mundo, arrependimento legal, fé temporária, e coisas semelhantes, que são todas verdadeiras e reais em seus tipos, – se tornam, através disso, vasos na grande casa de Deus, sendo transformados quanto ao seu uso, embora não na sua natureza, continuando sendo ainda de pedra e madeira, embora trabalhadas e adequadas à utilidade de vasos; e por causa disso são frequentemente denominados de santos e crentes. Sobre os tais há uma obra inferior (e de certa forma subordinada) do Espírito, eficazmente produzindo em e sobre todas as faculdades de suas almas algo do que é verdadeiro, bom, e útil em si mesmo, rementendo em alguma semelhança e adequação de operação para a grande obra da regeneração, que não falha. Há neles luz, amor, alegria, fé, zelo, obediência, etc., todas verdadeiras em seus tipos; que fazem muitos deles naqueles que andam de certa forma dignamente em sua geração: apesar deles não obterem a fé dos eleitos de Deus, nem Cristo viver neles, nem ser a vida que eles levam pela fé do Filho de Deus.⁸⁷

Interessantemente, Owen ecoa a distinção de Agostinho, observando que crentes professos que no final fracassam em perseverar têm provado que eles não foram “chamados de acordo com o propósito de Deus”.⁸⁸ É claro a partir dessas descrições, que Agostinho e Owen pensavam similarmente com respeito à verdadeira natureza daqueles que finalmente fracassam em perseverar.

Em sua negação da doutrina da perseverança dos santos, Goodwin tentou reivindicar que Agostinho sustentou uma visão similar: “Agora, o julgamento dos pais de uma forma mais geral, e de Austin mais particularmente, permanece ao lado da possibilidade da deserção dos santos, tanto total como fainal, em que a grande parte dos nossos teólogos reformados modernos parece ter se apartado deles”.⁸⁹

Owen, contudo, expressa indignação com a reivindicação e não pode imaginar “de que ambigüidade de expressão é que qualquer sentença é roubada de Austin e outros dos antigos, parecendo apoiar a doutrina da apostasia dos santos”, e sente-se confiante em afirmar “que nenhum dos antigos, muito menos Austin, jamais manteve tal apostasia dos santos e tal perseverança como aquela a favor da qual o Sr. Goodwin contende”.⁹⁰

⁸⁶ Owen, *The Nature of Apostasy*, 17–18; 33–34.

⁸⁷ Owen, *The Doctrine of the Saints' Perseverance*, 90.

⁸⁸ Owen, *The Nature of Apostasy*, 33.

⁸⁹ Goodwin, *Redemption Redeemed*, 170.

⁹⁰ Owen, *The Doctrine of the Saints' Perseverance*, 497–98.

Não obstante a indignação de Owen, ele no início do seu prefácio ao leitor observa que a terminologia de Agostinho difere da sua; todavia, insiste que aos pais da igreja “seja permitida a cortesia comum de serem os intérpretes dos seus próprios significados”.

Que peso naqueles dias foi lançado sobre a participação das figuras sacramentais da graça, e que expressão são comumente usadas com respeito àqueles que obtiveram tal privilégio, é conhecido de todos. Por conseguinte, todas as pessoas batizadas, que continuavam na profissão da fé e comunhão da igreja, eram chamadas, contadas e estimadas por eles como verdadeiramente regeneradas e justificadas, e assim falavam delas. Assim como eles constantemente afirmavam que tais pessoas poderiam cair na destruição eterna.⁹¹

Assim, embora Owen chame tais pessoas de “não-regeneradas”⁹² e Agostinho se refira a elas como “regeneradas”, Owen crê que eles tinham o mesmo grupo em mente e diferiam somente na terminologia construída sobre os seus diferentes entendimentos dos sacramentos da igreja. A reivindicação de Goodwin quanto a Agostinho é construída sobre um uso equivocado da terminologia e não sobre uma conexão substantiva entre as posições deles. Antes, como Owen observa, aqueles que falham em perseverar estão realmente na mesma categoria como o próprio Owen descreve:

Essas são as pessoas que Austin e aqueles de mesmo julgamento que eles concordam que podem cair, e como tais, por causa da entrada batismal delas na igreja, suas vidas piedosas e devotas, sua profissão de fé do evangelho, elas são chamadas e contadas como crentes regenerados; os quais, todavia, eles te dizem, numa busca meticulosa da natureza e causas da santidade, graça e andar com Deus, elas não serão encontrados como estando verdadeira e realmente no estado e condição que são estimadas estar.⁹³

4. O Propósito dos Apóstatas Dentro da Igreja

Agostinho e Owen diferem significativamente no que eles percebem ser os propósitos de Deus ao permitir uma mistura na igreja de alguns que não perseverarão e alguns que sim. Agostinho claramente ensina que foi nos melhores interesses da santidade que Deus permitiu que tanto aqueles eleitos com perseverança como aqueles sem ela se reunissem numa igreja. Ele parece ter dois propósitos em mente: primeiro, que todo crente tema o perigo da apostasia e lute contra cair nela, e segundo, que o orgulho não se desenvolva dentro do povo de Deus:

Os que perseverarão estão misturados pela vontade providente de Deus com os que não perseverarão, a fim de que aprendamos a não nos presumir, mas, sentimo-nos solidários com os mais humildes (Rm 12,16), operamos nossa salvação com temor e tremor, pois é Deus quem opera em nós o querer e o operar, segundo a sua bona vontade (Fl 2,12-13).⁹⁴

⁹¹ Ibid., 65-66.

⁹² Ibid., capítulo XV.

⁹³ Ibid., 66. Cf., *De correptione*, 18.

⁹⁴ *De perseverantiae*, 33.

Se mesmo com relação aos eleitos, as afirmações da Escritura deixam a incerteza do seu número, devem acolhê-las no seu sentido, já que não convém que se ensoberbeçam, mas se enchem de temor. Entre os numerosos fiéis durante esta vida moral, quem tem a presunção de se considerar entre os predestinados?⁹⁵

Deus, porém, julgou melhor misturar alguns não perseverantes ao número de seus santos, a fim de que não possam estar seguros a quem não convém a segurança nas tentações desta vida. Ele refreia a muitos da pernicioso soberba, conforme diz o Apóstolo: ‘Assim, pois, aquele que julga estar de pé, tome cuidado para não cair’ (1 Co 10,12). Por sua própria vontade cai aquele que cai, e pela vontade de Deus permanece firme o que está de pé. ‘Porque o Senhor é poderoso para o sustentar’ (Rm 14,4), portanto, não ele mesmo, mas Deus. Por isso, é bom que ‘não te ensoberbeças, mas teme’ (Rm 11,20).⁹⁶

Essas citações revelam a preocupação de Agostinho de que a doutrina da perseverança não fosse tomada como uma excusa para o viver imoral, nem para a promoção de orgulho na vida de alguém. Assim, a presença e a “queda da graça” de certas pessoas na comunidade da fé é vista como um testemunho contra tais atitudes profanas.

Na Inglaterra Puritana, Goodwin tinha objetado à doutrina da perseverança largamente sobre a base de que ela produzia tal negligência moral e o tipo de orgulho contra o qual Agostinho advertiu.⁹⁷ Owen, contudo, rejeitou tais argumentos. Como Sinclair Ferguson observa, “antes do que encorajar uma vida de libertinagem, a segurança da perseverança promove a verdade e a santidade na vida cistã”.⁹⁸ A presença de apóstatas dentro do corpo professante de Cristo, seja qual for a natureza verdadeira deles, testa todo crente para estabelecê-los numa maturidade maior de fé. Seja qual for a razão, a presença daqueles que caem da fé não abala, na visão de Owen, pelo menos a fé daqueles que são verdadeiramente chamados por Deus: “[mostrar] que nenhuma pessoa sadia pode ser sacudida, pois os doentes é que são sacudidos destruídos, — que aqueles que estão edificados sobre a rocha não podem tremer, pois são os que estão edificados sobre a areia é que são abatidos,— é uma parte do meu objetivo e intento ao tratar essa doutrina”. Apostasia, embora terrível, “é, todavia, excessivamente remota de ser algum fundamento verdadeiro para abalar a fé daqueles que verdadeiramente crêem”.⁹⁹ O medo não pode ser a razão para a presença daqueles que caem:

É negado que a queda dos mais gloriosos hipócritas seja de fato um instrumento eficaz nas mãos do adversário para gerar outros temores e ciúmes, ou para expô-los a outros tremores, além daqueles que são comuns a eles em outras tentações de incursão diária, das quais Deus constantemente os faz escapar, 1 Cor. x.13.¹⁰⁰

⁹⁵ *De correptione*, 40

⁹⁶ *De perseverantiae*, 19. Veja também, 39; 62.

⁹⁷ Goodwin, *Redemption Redeemed*, capítulo XI.

⁹⁸ Ferguson, *The Christian Life*, 263. Cf., Owen, *The Doctrine of the Saints' Perseverance*, capítulo X.

⁹⁹ Owen, *The Doctrine of the Saints' Perseverance*, 80.

¹⁰⁰ *Ibid.*, 81.

5. O Efeito Subjetivo da Doutrina sobre os Crentes

O diferente entendimento sobre a presença na igreja daqueles que não recebem o dom da perseverança destaca talvez a maior diferença entre Agostinho e Owen, ou seja, a influência subjetiva da doutrina sobre os crentes. Como a maioria dos estudos sobre perseverança observa, Agostinho desenvolveu sua doutrina com a explícita intenção de não dar um senso de certeza e segurança ao crente.¹⁰¹ A maneira exata na qual Agostinho separou as duas coisas não é nem de perto tão óbvia quanto o fato de que ele realmente o fez.

Enquanto ensinando o inegável caráter gratuito da perseverança, Agostinho insistiu que um crente não podia dizer se ele tinha o dom da perseverança ou não. Isso foi parte do raciocínio de Agostinho para advogar a necessidade de admoestações pastorais em *De correptione et gratia* — visto que um líder cristão não pode dizer se as falhas são devido a uma apostasia temporária ou final, ele tem a obrigação de repreender todos que caem.¹⁰² Em *De civitate Dei*, Agostinho declara que a única forma que alguém pode saber com certeza durante essa vida se ele é parte dos eleitos, é através de revelação especial: “Pois que homem pode saber que ele perseverará até o fim no exercício e crescimento da graça, a menos que ele tenha sido certificado por alguma revelação daquele que, em seu justo e secreto juízo, embora não engane ninguém, informa poucos com respeito a esse questão?”¹⁰³ De outra forma, “que nenhum homem diga, então, que a perseverança foi dada a alguém até o fim, exceto quando o próprio fim tiver chegado, e aquele a quem ela foi dada for encontrado com tendo perseverado até o fim”.¹⁰⁴ Qualquer presunção quanto ao status de eleito de alguém, Agostinho teme, “pode engendrar orgulho”.¹⁰⁵ É somente no céu, onde a tentação do orgulho não está presente, que o status de eleito de alguém pode ser conhecido com certeza. Assim, ele dá esse mandamento:

Sustentando essa esperança, servi ao Senhor em temor, e regozijai nele com tremor. Pois ninguém pode estar certo da vida eterna, que Deus que não mente prometeu aos filhos da promessa, antes dos tempos da eternidade, — ninguém, a menos que a sua vida, que é um estado de prova sobre a terra, tenha sido completada.¹⁰⁶

Isso, certamente, é uma posição muito diferente daquela tomada por Owen. Como notado acima, um dos objetivos principais de Owen ao atacar a doutrina da “perseverança pelo mérito humano” de Goodwin foi para que “todos os santos de Deus possam já gozar daquela paz e consolação”,¹⁰⁷ isto é, uma segurança subjetiva de salvação. Para Owen, o vínculo entre o caráter objetivo da perseverança e o efeito subjetivo da segurança no crente é inegável. A despeito de nunca ter escrito um tratado completo sobre segurança, Owen expõe fielmente a doutrina, e de maneira completa,

¹⁰¹ Advogados de uma segurança subjetiva têm citado Agostinho da seguinte forma: “Estar seguro da nossa salvação não é algo arrogante; é a nossa fé. Não é orgulho; é devoção. Não é presunção; é a promessa de Deus”, Ryle, *Holiness*, 216; Beeke, *Assurance of Faith*, 12. Contudo, fui incapaz de achar essa citação, e suspeito de sua validade. A citação original foi feita pelo Bispo Jewel.

¹⁰² *De correptione*, 25.

¹⁰³ Augustine, *De civitate Dei*, xi.12, in *NPNF*, vol. 2 (Grand Rapids: Eerdmans, 1974), 1–511.

¹⁰⁴ *De perseverantiae*, 10.

¹⁰⁵ *De correptione*, 40.

¹⁰⁶ *De perseverantiae*, 62.

¹⁰⁷ Owen, *The Doctrine of the Saints' Perseverance*, 5–6.

em *A Practical Exposition Upon Psalm CXXX* [Uma Exposição Prática do Salmo 130], e em pelo menos meia dúzia de outras obras ele aborda significativamente o assunto.¹⁰⁸ Embora Owen fosse sensível aos crentes que careciam da certeza de sua fé, ele estava fortemente convencido de que a segurança era parte e parcela da fé cristã. Como parte de seu argumento para a doutrina da perseverança, Owen afirma que muitos dentro da família de Deus experimentam a bênção da segurança:

De forma alguma duvido, mas milhares de crentes, cujas apreensões de natureza, propriedades, e condições de coisas, como eles são em si mesmos, são pequenas, fracas e confusas, todavia, tendo recebido o Espírito de adoção, tendo testemunhado com os seus espíritos que eles são os filhos de Deus, e tendo o testemunho em si mesmos, foram elevados a um tão alto grau de segurança confortadora e encorajadora, e sobre o mais infalível fundamento imaginável, como jamais a pessoa mais angelicalmente iluminada alcançou.¹⁰⁹

Enquanto Agostinho escreveu sobre perseverança para elevar o caráter gracioso da graça de Deus, Owen intencionalmente tinha em mente o aspecto subjetivo e experiencial da doutrina. Mais do que qualquer outra coisa, essa é a diferença que distingue Agostinho de Owen, e que contribuiu para muito da confusão ao redor da doutrina de Agostinho.

VI. Conclusão

Embora o cenário histórico para a discussão de Agostinho da perseverança difira daquele de Owen, há uma significativa continuidade de pensamento entre os dois teólogos. Embora o foco dos seus escritos levem a uma ênfase sobre nuances diferentes, suas posições se sobrepõem em questões principais. Agostinho argumentou extensivamente a favor do entendimento da perseverança como um dom de Deus e separado do mérito humano. Embora Owen, por sua vez, tenha concentrado seus escritos na eficácia infalível da perseverança, ele prontamente reconheceu o caráter gratuito da perseverança e em grande parte assumiu esse caráter em sua argumentação. Ambos os autores insistem em defender as ações de Deus na perseverança do eleito até o final — Agostinho promove a natureza completamente gratuita da graça de Deus, e Owen vincula a perseverança às promessas imutáveis de Deus. Embora a diferença nesse nível afete a abordagem tomada pelos autores, ela não impacta significativamente a formulação específica deles da doutrina.

Ambos os teólogos concordam também que a alguns membros da comunidade da igreja visível não têm, de fato, sido dado o dom da fé perseverante. Agostinho considera esses como tendo sido predestinados ou chamados para uma vida de fé por um tempo temporário, com uma piedade real e genuína, mas, todavia, esses não perseverarão até o fim. Owen similarmente reconhece uma obra poderosa e especial do Espírito Santo na vida deles, trazendo mudanças e piedade significativas, mas, todavia, uma obra do Espírito que termina um pouco antes da fé salvadora verdadeira e genuína. A diferença que alguém encontra entre Agostinho e Owen nesse nível é largamente uma questão de semântica e/ou em função das visões sacramentais/eclesiásticas de Agostinho. Sobre

¹⁰⁸ Por exemplo, veja Owen, *A Practical Exposition Upon Psalm CXXX; Two Short Catechisms; Communion with God*. Veja também, Beeke, *Assurance of Faith*, 213–80.

¹⁰⁹ Owen, *The Doctrine of the Saints' Perseverance*, 83.

assuntos de soteriologia e salvação, o entendimento deles sobre perseverança é muito similar.

O que é diferente entre os dois são as respectivas visões sobre o impacto subjetivo da doutrina da perseverança. A preocupação de Agostinho com a santidade e seus receios quanto ao mal do orgulho levaram-no a negar qualquer possibilidade (aparte da revelação especial) de um crente ter recebido segurança de sua salvação e inclusão nos eleitos. Owen, por outro lado, vinculou a perseverança objetiva centrada em Deus numa segurança de salvação subjetiva direcionada para o crente. Porque o cristão pode confiar na perseverança de Deus, ele pode ter certeza de seu alcance eventual do reino do céu. Essa diferença também coloriu seus respectivos entendimentos do porquê Deus permite aqueles que não perseverarão se misturarem com aqueles que irão perseverar. Agostinho sustentou que Deus usava esses exemplos para inspirar santidade, temor e humildade. Owen, alternativamente, negou que o medo da apostasia deveria enfraquecer a segurança do crente, e que a presença de apóstatas testasse os crentes genuínos fazendo-lhes amadurecer na fé.

A despeito dessas diferenças, contudo, a apresentação de John Owen da doutrina da perseverança em sua disputa com o semi-pelagiano John Goodwin faz um paralelo muito próximo da própria formulação de Agostinho à luz de sua controvérsia com os oponentes semi-pelagianos 1200 anos antes.

Fonte: *Westminster Theological Journal*, Vol. 62.

Tradução de Felipe Sabino de Araújo Neto
Janeiro/2006